

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E GERENCIAIS –  
DECEG  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**SER MÃE NA UNIVERSIDADE:  
UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE ALUNAS GESTANTES E  
NUTRIZES ACERCA DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE  
UMA IFES**

**STEFANI ANGELES SOUZA REIS**

**MARIANA – MG**

**2017**

**STEFANI ANGELES SOUZA REIS**

**SER MÃE NA UNIVERSIDADE:  
UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE ALUNAS GESTANTES E  
NUTRIZES ACERCA DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE  
UMA IFES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Administração, da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito à obtenção de título de Bacharel em Administração.

Orientador: Me. André Felipe Vieira Colares (*in memoriam*)

Coorientadora: Dr.<sup>a</sup> Carolina Machado Saraiva de Albuquerque Maranhão.

MARIANA – MG

2017

R375s Reis, Stefani Angeles Souza

Ser mãe na universidade [recurso eletrônico] : uma análise da percepção de alunas gestantes e nutrizas acerca das políticas de assistência social / Stefani Angeles Souza Reis.-Mariana, MG, 2017.

1 CD-ROM; 4 3/4 pol.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais DECEG/ICSA/UFOP

1. Genero - Teses. 2. MEM. 3. Mulheres - Condições sociais - Teses. 4. Monografia. 5. Gravidez - Teses. 6. Políticas públicas - Teses. 7. Liberdade - Teses. I.Colares, André Felipe Vieira. II.Maranhão, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque. III.Universidade Federal de Ouro Preto - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais. IV. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 364.65-055.2  
: 15  
: 1417450



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Universidade Federal de Ouro Preto  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA  
COLEGIADO CURSO ADMINISTRAÇÃO



---

## FICHA DE APROVAÇÃO

**STEFANI ANGELES SOUZA REIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao Curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como requisito à obtenção do Título de Bacharel.

Orientador(a): Professor(a) Dra. Carolina Machado Saraiva de Albuquerque Maranhão  
– (que acompanhou o trabalho e Presidente da Banca)

Professor. Me. André Felipe Vieira Colares (*In Memoriam*) - Orientador

COMISSÃO EXAMINADORA

  
Professor(a) Dra. Carolina Machado Saraiva de Albuquerque Maranhão – (que  
acompanhou o trabalho e Presidente da Banca)

Professor. Me. André Felipe Vieira Colares (*In Memoriam*) - Orientador

  
Professor (a) Dra. Sandra de Sousa Xavier  
Membro Avaliador

  
Professor (a) Bela. Jussara Jéssica Pereira  
Membro Avaliador

Mariana, 14 de março de 2017.

## RESUMO

Este trabalho se propôs a compreender a demanda das recém-mães estudantes do ICSA – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFOP, acerca da assistência oferecida pela universidade, durante o período da maternidade discente, através das políticas públicas. Pretendeu-se pesquisar também elementos relacionados ao cenário acadêmico que reafirmam a desigualdade entre gêneros, além de associar as responsabilidades sociais vinculadas à universidade ao processo emancipatório do ser mulher. Como método de pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa, através de entrevista semiestruturada, com jovens que se encontravam no grupo de estudantes gestantes e/ou nutrizes do ICSA. Como resultado de pesquisa, foi possível identificar as demandas objetivas das jovens mães que conciliam maternidade e universidade, além de mapear pontos positivos e negativos da assistência ufopiana para o grupo em questão. Dos principais resultados obtidos, verificou-se o descumprimento parcial do Regime Especial de Trabalho Escolar e Frequência – RETEF por parte da universidade, regime esse que regulamenta a concessão de regime de exercícios domiciliares e frequência por noventa dias, direito concedido às estudantes grávidas e no pós-nascimento da criança. Considerações finais, limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros fazem parte da etapa final do trabalho.

**Palavras-chave:** Gênero. Universidade. Gravidez. Políticas Públicas. Emancipação.

## **ABSTRACT**

This paper meant to comprehend the demands of the students of ICSA/UFOP who recently became mothers about the assistance offered by the university during the pregnancy period, through public policies. It was intended to research the elements of the academic environment that ensure the gender inequality, besides of associate the social responsibilities of the university for the women emancipation process. As search method, were used the qualitative way, through a semi-structured interview with young women who were pregnant or recently became mothers from ICSA. As result of these paper, it was possible to identify the objectives demands of this group, and track positive and negative points of the UFOP's assistance. One of the results showed the university's partial discredit of the RETEF – Special regime of school work and frequency-that states home exercises and 90 days frequency to students who are pregnant or recent mothers.

**Keywords:** Gender, University, Pregnancy, Public, Policies, Emancipation.

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus alicerces Geralda Alves e Jairo dos Reis, e ao inesquecível mestre André Colares.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO .....	11
2.1	A Mulher e o Processo de Emancipação .....	11
2.2	A Universidade Pública e as Políticas Públicas .....	13
3	METODOLOGIA .....	17
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	19
4.1	Ser Estudante Grávida .....	20
4.2	O Apoio Familiar .....	21
4.3	A Universidade e o Tratamento para com as Grávidas.....	22
4.4	A Interrupção do Curso.....	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	28

# 1 INTRODUÇÃO

Diante das necessidades de diversas ordens, os indivíduos buscam crescimento profissional, pessoal e social através da inserção na educação superior. Para a mulher, por questões historicamente conhecidas sobre disparidades de gênero, a busca pela emancipação se fortalece em todos os âmbitos sociais, principalmente dentro do contexto da universidade.

Simone de Beauvoir (1970) fala sobre as desigualdades de gênero e retrata a negação de tal desigualdade presente na classe dominante – a masculina. Os homens dizem haver igualdade entre os sexos, culpando a própria natureza feminina por suas inferioridades. Em contrapartida, se os gêneros entram em conflito, a situação se inverte: o homem evidencia a desigualdade para que a autoridade da mulher seja enfraquecida. Ou seja, os “homens afirmam quase com boa-fé que as mulheres são iguais aos homens e nada têm a reivindicar, e, ao mesmo tempo, que as mulheres nunca poderão ser iguais aos homens e que suas reivindicações são vãs” (BEAUVOIR, 1970, p.20).

Bourdieu (2002) reforça a ideia de que a questão do poder e da dominação é inerente ao sexo masculino, o que faz mostrar que a mulher e, conseqüentemente, seus direitos são subordinados a esta dominação. Como apontado pelo autor, “a dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício” (BOURDIEU, 2002, p. 22), diferentemente da realidade da mulher moderna e suas particularidades como a situação da maternidade *versus* universidade.

Segundo Paim (1998, *apud* OLIVEIRA, 2008), a gravidez e a maternidade não são apenas fenômenos biológicos, mas, também, fenômenos do contexto cultural, social e afetivo. Ou seja, ainda que a gravidez ocorra dentro do corpo da mulher, as responsabilidades e os significados são construídos dentro do âmbito social em que a gestante está inserida. A universidade, por sua vez, tem papel ponderoso e de extrema importância no percurso da busca pela ascensão pessoal e profissional da mulher, tornando-se um suporte para alcance do objetivo.

Partindo do pressuposto apresentado por Bulos (2014, p. 553), acerca do Princípio da Isonomia da Constituição Federal de 1988, que “consiste em quinhoar os iguais igualmente e os desiguais na medida de sua desigualdade”, pode-se perceber o papel social da universidade de se colocar em prática o princípio constitucional, dentro do universo acadêmico. Discentes gestantes

e/ou nutrizes demandam, na posição de desiguais conforme o Princípio, diferentes particularidades, de acordo com suas desigualdades.

As políticas públicas, como um todo, visam equiparar os direitos dos cidadãos, em conformidade com o Princípio da Isonomia supracitado. O mesmo ocorre na universidade, onde existem políticas internas a fim de oferecer assistência aos seus discentes. Contudo, o presente estudo não tem o objetivo de analisar a funcionalidade das políticas públicas da UFOP, mas de analisar a percepção das alunas gestantes e/ou nutrizes em relação à efetividade e satisfação em relação às políticas assistencialistas voltadas para o grupo pesquisado.

A partir da contextualização apresentada, delimitou-se o seguinte problema de pesquisa: qual a percepção das recém-mães de uma IFES sobre as políticas de assistência social, voltadas para a maternidade? Visando responder tal questionamento, este trabalho tem por objetivo geral verificar como as gestantes e/ou recém-mães do *campus* ICSA, da Universidade Federal de Ouro Preto, percebem as políticas assistencialistas, além das influências no processo de formação superior. Este processo se dará por meio de uma análise sobre a assistência acadêmica a alunas gestantes, a responsabilidade social da universidade e o discurso das recém-mães estudantes da instituição.

Nesse sentido, o presente estudo torna-se relevante para a academia compreender quais são os fatores ligados à universidade, especificamente ao ICSA – UFOP, que contribuem para que a maternidade se torne um momento com menos desafios e com mais suporte para com as mulheres que se encontram nesta situação, através do papel social da instituição. Além da necessidade emancipatória, os indivíduos – principalmente as mulheres – também almejam o empoderamento pessoal através da educação superior.

Para que as situações sociais dos discentes sejam, de certa forma, igualados dentro da universidade, a instituição oferece políticas sociais de forma a atender as diferentes demandas, como, por exemplo, a estudante grávida e/ou recém-mãe. Com o intuito de analisar a percepção das mulheres que se encontram neste grupo, perante as políticas oferecidas a elas, esta pesquisa torna-se importante para identificar as reais demandas do grupo de estudo, dentro da universidade.

Dessa forma, buscando uma maior organização e um desenvolvimento das ideias, este trabalho está organizado, para além desta breve introdução, em mais cinco seções: 1) a mulher e

o processo de emancipação; 2) a universidade pública e as políticas públicas; 3) metodologia; 4) apresentação e análise dos resultados e; 5) as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo abordará os seguintes temas: (i) a mulher e o seu processo de emancipação, e (ii) as políticas públicas para gestantes nas principais IFES de Minas Gerais. O capítulo buscará identificar o processo histórico da desigualdade entre os gêneros, através da análise sobre a percepção do grupo estudado quanto a políticas públicas assistencialistas, além de traçar o papel social da universidade no processo de emancipação da mulher.

### 2.1 A Mulher e o Processo de Emancipação

Quando se fala em gênero, logo emerge a questão da desigualdade entre o feminino e o masculino. Como Cappelle *et al.* (2007) expõem perfeitamente, as mulheres vêm ganhando espaço no decorrer dos tempos em, praticamente, todas as esferas sociais. Contudo, apesar dessa conquista de visibilidade feminina, “ainda existem disparidades quando se discute a igualdade entre gêneros” (CAPPELLE *et al.* 2007, p. 503). Ainda sob a ótica da autora, Cappelle (*et al.* 2007) mostra que, apesar dos papéis de ambos os sexos virem sofrendo transformações nas esferas da família, do trabalho, do privado e do público, ainda são notados desequilíbrios entre os gêneros em vários aspectos.

Para reiterar Cappelle, Tanure (*et al.* 2006, p.3) confirma que o “*status* familiar segue apresentando um impacto negativo para a carreira profissional da mulher [...]. Para o homem, trabalho e família são complementares, enquanto para a mulher estas duas variáveis tendem a ser mais conflituosas”.

Para Bourdieu (2002, p. 20) “a diferença biológica entre os sexos [...] pode ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho”. Ou seja, se a diferença biológica, vista como diferença natural e socialmente construída, é determinante para as limitações das mulheres, por que não pensar em formas ou em políticas compensatórias? A desigualdade, advinda das diferenças entre sexos, é um imperativo de dificuldades no mercado de trabalho para as mulheres, portanto o Estado torna-se o principal responsável em buscar reparações sobre as desigualdades entre os gêneros.

Em conformidade com o apontamento de Bourdieu (2002), Scott (2005) afirma:

Quando a exclusão das mulheres da cidadania foi legitimada pela referência às diferentes biológicas das mulheres e dos homens, a ‘diferença sexual’ foi estabelecida não somente como um fato natural, mas também como uma base ontológica para diferenciação política e social (SCOTT, 2005, p. 20-21).

Ou seja, se no âmbito social e no mercado de trabalho há construções que impedem a mulher de determinados acessos, a universidade torna-se importante ao poder desconstruir primariamente tais obstáculos, enquanto espaço de desenvolvimento crítico e de capacitação profissional – emancipação intelectual/social e profissional/financeira, respectivamente.

A universidade, como local de busca de emancipação dos seres, deve, então, procurar subsidiar todos os indivíduos que nela se adentrarem. Bourdieu (2002, p. 108) reitera que uma das mudanças mais importantes na condição das mulheres, e um dos fatores mais decisivos da transformação dessa condição, “é, sem sombra de dúvida, o aumento do acesso das jovens ao ensino secundário e superior que, estando relacionado com as transformações das estruturas produtivas (...), levou a uma modificação realmente importante da posição das mulheres na divisão do trabalho”.

Segundo Moreira (2012, *apud* SELVATTY *et al.*, 2013, p.229), pode-se citar algumas das ferramentas para que o empoderamento da mulher ocorra de fato, como melhoria nas condições de vida, inclusão social, educação e qualificação. Ideia essa que corrobora a relevância – acadêmica, social e profissional – de se pesquisar sobre as questões acerca da maternidade da discente.

Em seus estudos, Henderson e Ferreira (2012), constataram que a questão de um maior investimento no capital intelectual, na formação continuada e ampliada (leia-se graduação e pós-graduação) é um dos fatores que possibilita e ajuda na eliminação de barreiras para as mulheres adentrarem e alcançarem melhores posições dentro das empresas. Sendo o ensino uma possibilidade de enriquecimento deste capital intelectual.

Partindo, então, do pressuposto de que a universidade é um local de busca por emancipação social das mulheres, deve-se levar em consideração a importância da análise dos fatores que dificultam a permanência na instituição e, logo, a emancipação desses indivíduos. Como o foco do presente estudo é a mulher na condição de gestante e/ou recém-mãe estudante, a pesquisa tem o intuito de analisar os fatores do sistema acadêmico que corroboram com a

desigualdade entre os gêneros, podendo acarretar em descontinuidade dos estudos, e, em última escala, tornar o sistema em um coautor em potencial de um aborto social<sup>1</sup>.

## **2.2 As Políticas Públicas para Gestantes nas Principais IFES de Minas Gerais**

A educação superior, hoje, desenvolve um importante papel para a sociedade, pois “a produção do conhecimento [...] é a base do desenvolvimento científico e tecnológico e que este é que está criando o dinamismo das sociedades atuais” (BRASIL, 2000, p. 33). Para Chauí (2003, p.5) “a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo”. Ainda analisando a universidade como uma instituição social, Chauí (2001, p.125) explica a especificidade da universidade: “ser uma instituição social constituída por diferenças internas que correspondem às diferenças dos seus objetos de trabalho, cada qual com uma lógica própria de docência e de pesquisa”.

Diante do papel social exercido pela universidade – com foco na universidade pública – e da verificação da necessidade de torna-la acessível a um maior contingente de indivíduos, o governo federal criou, em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, e que foi implantado na UFOP um ano depois, em 2008. Na formulação do programa, um dos principais objetivos foi “garantir as universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior” (BRASIL, 2009). Contudo, não basta apenas ampliar o acesso às universidades públicas brasileiras. É preciso garantir, de forma efetiva, a permanência dos alunos e das alunas no ensino superior.

Para que a permanência dos alunos e alunas seja efetivada é preciso garantir a equidade dos direitos entre os discentes (APPIO *et al.*, 2016), sejam esses de cunho social, de gênero e/ou de raça. Contudo, o foco deste estudo é discutir apenas acerca dos direitos à igualdade de gênero.

---

<sup>1</sup> A autora usou o termo *aborto social* para explicar que o aborto, forçado ou não, faz parte do contexto social, ou seja, o meio em que a gestante vive tem, também, responsabilidades em manter o suporte necessário para que tais eventos diminuam. Portanto, a universidade tem o dever – além do papel primordial, na manutenção de políticas internas assistencialistas, que dão o apoio e as condições necessárias às alunas gestantes para que as mesmas continuem os estudos de forma igualitária, como aos demais discentes.

As políticas públicas emergem visando a garantia da equidade dos direitos que promovem e fortalecem a permanência discente. Em uma revisão de literatura, Souza (2006) explica como as políticas públicas surgiram:

(...) na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos (Souza, 2006: 22).

Neste sentido, Scott (2005, p.12) aponta que determinadas políticas públicas ou ações afirmativas “tem sido atacada como uma forma de ‘preferência de grupo’ que discrimina indivíduos”, no entanto, algumas políticas públicas emergirão em ambientes com a função de minimizar as desigualdades entre os indivíduos, por exemplo, dentro das universidades.

No Brasil, a lei que assegura os direitos da estudante grávida é a de Nº 6.202, sancionada em 17 de abril de 1975, que “atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares, instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências” (BRASIL, 2016).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares, instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969.

Parágrafo único. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola.

Art. 2º Em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é assegurado às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (BRASIL, 2016)

Nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES do estado de Minas Gerais, assim como em todo o país, a única política pública assegurada por lei para as estudantes grávidas é a licença dos noventa dias, concedida a partir do oitavo mês de gestação, pelo regime de exercícios domiciliares. Os demais auxílios estudantis direcionados a estas estudantes vão de acordo com os critérios socioeconômicos de cada universidade federal. Um breve comparativo entre o que é

oferecido no ICSA/UFOP e o que é oferecido nas três melhores universidades federais do estado, segundo avaliação do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição – IGC, pelo INEP (2014), será exposto a seguir.

Na Universidade Federal de Lavras – UFLA, sem muito suporte direcionado às alunas gestantes da instituição, o único direito da estudante é semelhante ao da UFOP. É disponibilizada apenas a licença dos três meses, segundo a resolução do CEPE nº 042, de 21 de março de 2007 (UFLA, 2016).

Na Universidade Federal de Viçosa – UFV, além das bolsas de auxílio para os discentes em geral, a aluna gestante tem o suporte da bolsa Auxílio Creche que é um “recurso financeiro destinado aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação, para custear despesas de mensalidades escolares para seus filhos de 0 a 5 anos, 11 meses e 29 dias de idade” (UFV, 2016). Além do Auxílio Creche, a aluna gestante conta com a possibilidade de apoio do Laboratório de Desenvolvimento Infantil – LDI, do Departamento de Economia Doméstica – DED, que é uma unidade de Educação Infantil mantida pela universidade federal. As vagas dos laboratórios são destinadas aos filhos de professores, funcionários, alunos e comunidade viçosense (UFV, 2016).

Na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, o cenário é semelhante ao da UFV. A aluna gestante tem o apoio do programa Bolsa Auxílio à Educação Pré-escolar, auxílio financeiro de R\$ 200,00 (duzentos reais), destinados a estudantes de graduação presencial e “que necessitam de apoio financeiro para garantir o cuidado educacional do(s) filho(s) com idade de 0 a 5 anos e 11 meses enquanto frequentam as atividades acadêmicas” (UFMG, 2016). Além do auxílio financeiro destinado às alunas gestantes, as discentes contam com o apoio da Unidade Municipal de Educação Infantil – UMEI Alaíde Lisboa, mantida pela universidade e a Prefeitura de Belo Horizonte. As vagas são sorteadas e destinadas para filhos de 0 a 6 anos de servidores, funcionários terceirizados e alunos da UFMG, através de inscrição previamente concluída.

Na Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, os auxílios estudantis atualmente oferecidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – PRACE são: bolsa permanência, bolsa transporte, bolsa alimentação, auxílio moradia, assistência à saúde e o programa de acompanhamento pedagógico, psicológico e social para os estudantes (projeto *Caminhar*). O público alvo das políticas assistenciais da UFOP é definido pela análise socioeconômica, levando em consideração a renda familiar bruta mensal per capita, bens

patrimoniais, status ocupacional, tipo de residência familiar, situação de residência e procedência escolar do estudante (PRACE, 2015). Tendo em vista que um dos principais objetivos da PRACE é “promover a redução de evasão e da retenção escolar” (UFOP, 2015), temos que a pesquisa sobre condições de discentes gestantes e/ou nutrizes do ICESA – UFOP se torna imprescindível para que tal objetivo seja validado.

O cenário do *campus* ICESA/UFOP, universo da pesquisa, é semelhante ao da UFLA, não havendo nenhum outro meio de auxílio estudantil direcionado para as alunas gestantes e suas particularidades, a não ser a licença dos três meses previstos em lei. Como única política pública existente, existe o RETEF – Regime Especial de Trabalho Escolar e Frequência, que regulamenta a concessão de regime de exercícios domiciliares e frequência, direito concedido às estudantes grávidas e no pós-nascimento da criança, por noventa dias consecutivos, conforme ao parágrafo segundo, do artigo primeiro, da Resolução de nº 3.070 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, da UFOP:

No caso de gestação, deverá ser anexado ao requerimento o documento médico, que deverá atender ao disposto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 6.202, no qual devem constar as datas de início e término dos noventa dias em que são permitidos o Regime de Exercícios Domiciliares (UFOP, 2016).

Ainda sob o regulamento que assegura os direitos da estudante grávida, o documento deixa claro que o (a) professor (a) responsável pelas disciplinas em que a aluna esteja matriculada, tem o dever de atribuir atividades de exercícios para serem feitos em casa, durante o período de afastamento da discente (noventa dias), como compensação da ausência às aulas, devido ao período da maternidade. Além do direito de atividades domiciliares, “é garantido ao discente o acompanhamento das atividades pelo professor através dos meios de comunicação disponíveis” (UFOP, 2016).

### 3 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa no intuito de desenvolver uma análise baseada nos relatos das mulheres aqui pesquisadas. O estudo buscou conhecer a visão, de forma subjetiva, das alunas gestantes e/ou nutrizes do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas – ICESA/UFOP, a respeito das políticas públicas da universidade, voltadas para o público citado. Partindo do pressuposto que “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31), a escolha da abordagem se tornou viável, uma vez que o estudo tem o objetivo de levantar opiniões acerca de um cenário específico.

Os procedimentos utilizados neste artigo foram: a) pesquisa de campo, com b) o objetivo exploratório e c) natureza de pesquisa aplicada. A escolha pela pesquisa de campo justificou-se pelo motivo das investigações se darem por coleta de dados junto às pessoas envolvidas no problema, pessoalmente e via e-mail, por meio de roteiro de entrevista semiestruturada, pois segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 72) o pesquisador “permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal”. Dessa maneira, a escolha da entrevista semiestruturada se compreendeu de forma satisfatória, de forma que as entrevistadas pudessem sentir-se livres em suas respostas e opiniões. A análise dos dados obtidos foi feita através da técnica de análise de conteúdo temática, que segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 84) “a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa e, como tal, tem determinadas características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência”.

Tal como exposto por Gerhardt e Silveira (2009), o caráter exploratório busca uma maior familiaridade com o problema, no intuito de torná-lo público e construir soluções. Através dos resultados obtidos nas entrevistas, este artigo possibilitará a aplicação prática das possíveis soluções acerca do tema proposto, dentro da realidade da instituição.

O grupo pesquisado totalizou cinco mulheres estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto, no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, com idade entre 25 e 36 anos. A escolha das entrevistadas foi feita através de indicações de pessoas vinculadas à autora deste artigo, que se

encaixaram nas características buscadas, além da promoção da pesquisa feita em rede social, em grupos voltados à universidade.

A partir da opção pela análise de conteúdo, buscou-se transcrever as entrevistas e o conteúdo foi separado em quatro grupos temáticos: i) Ser Estudante Grávida – onde analisou-se a relação do ser mulher, estudante e grávida; ii) O Apoio Familiar – focando na estrutura e no apoio familiar; iii) A Universidade e o Tratamento com as Grávidas – analisando as políticas desenvolvidas pela universidade e direcionadas às grávidas e nutrizes e, por último, iv) A Interrupção do Curso – focando na perspectiva de paralização dos estudos em decorrência da gravidez e da falta de estrutura para continuidade.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foram entrevistadas cinco (5) estudantes, com idade entre 25 e 36 anos, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA, *campus* da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, localizado na cidade de Mariana, entre os cursos de Administração, Ciências Econômicas e Serviço Social<sup>2</sup>. No momento das entrevistas, todas as mulheres já haviam tido os (as) filhos (as) nascidos (as), mas, contudo, passaram pelo processo da gravidez e aleitamento materno na condição de estudante do ICSA-UFOP. No momento da coleta de dados, todas as estudantes, também, já haviam cursado mais da metade do curso e estavam em processo de conclusão do mesmo.

As entrevistas foram realizadas pessoalmente, sendo que duas foram feitas no próprio *campus*, e três, na residência destas. Duas estudantes tiveram que participar da pesquisa com a presença do bebê, ambos com menos de nove meses de idade. Em ambos os casos, as estudantes não tinham com quem deixar a criança.

Em sua maioria, são mulheres casadas e/ou que mantém união estável com o pai da criança. Apenas uma das cinco estudantes, no momento da entrevista, estava solteira e morava com os pais – avós da criança. Destas cinco entrevistadas, três optaram por não trabalhar fora por causa da jornada tripla – maternidade, trabalho doméstico e emprego, deixando o sustento financeiro sob responsabilidade exclusiva para o pai da criança. Uma dessas, inclusive, relatou que teve que vender a empresa que tinha para se dedicar à criança e ao novo cenário – filho (a), casa/casamento e faculdade. O marido continuou no emprego formal, depois do nascimento da criança.

Das duas únicas entrevistadas que conseguiram manter a jornada tripla, o salário de ambas é de, aproximadamente, dois salários mínimos, o que resulta num valor de R\$1.760,00 mensal. Dessas duas, uma delas é a estudante solteira do grupo, que mora com os pais e que trabalha oito horas por dia. A outra entrevistada que manteve o trabalho formal, na condição de mãe e estudante, trabalha seis horas por dia, com horário de trabalho flexível. É a dona de seu próprio empreendimento.

---

<sup>2</sup> O ICSA oferece, também, o curso de Jornalismo, porém, não foi encontrada nenhuma candidata estudante do curso que se enquadrasse na pesquisa.

Praticamente, a gravidez de todas as estudantes entrevistadas foi planejada, exceto a gravidez da estudante solteira e, também, da segunda gravidez de uma das entrevistadas casadas<sup>3</sup>. Essa realidade explica o *status* presente do pai da criança em quatro das cinco entrevistadas, sendo o *status* do pai da criança da estudante solteira como parcialmente presente em relação à presença física e financeira. Contudo, em sua totalidade, todas as entrevistadas responderam que suas respectivas famílias apoiaram a gravidez, independente do estado civil das mesmas e do impacto de uma gravidez não planejada.

#### 4.1 Ser Estudante Grávida

Nesta primeira seção de análise, fez-se um recorte dos trechos relativos ao processo de descoberta da gravidez, o desenvolvimento da gestação e as dificuldades que, com o tempo, foram aparecendo.

(01) Muitos falam que eu sou louca! (risos) Todos falavam “você não vai dar conta”, “como você vai fazer com a criança?”, “vai ter que parar o seu curso”, “você vai ter que trancar (o curso)”. Mas, não. Eu sempre respondia: enquanto eu estiver conseguindo fazer as duas coisas, eu vou fazer. Gravidez não é doença. (Entrevistada A).

No trecho (01) observa-se a partir da relação da primeira seleção com as três seguintes que há uma concepção de que não é possível (nem normal) à mulher o processo de conciliar maternidade com a continuação dos estudos. Tal relação apontada no trecho (01) leva a uma percepção dicotômica (e binária) relativa à vida da mulher: estudar *ou* ser mãe. No entanto, a entrevistada aponta o desafio por ela empreitado em permanecer cursando até o momento em que for possível desenvolver as duas atividades, sob o argumento da gravidez enquanto processo que não implica em dificuldades – afinal “gravidez não é doença”.

(02) Foi tranquilo porque como a minha gravidez foi planejada, nós planejamos em acabar a faculdade em dezembro e ganhar o bebê em janeiro. Ele realmente nasceu em janeiro, mas por causa da greve, nós não conseguimos. E por causa da greve, eu me enrolei todinha, não consegui fazer o período inteiro. No começo da gravidez, eu passei muito mal. E foi no início das aulas. Então não deu para terminar. Por isso ficou um período para frente. Agora, eu estou achando que vai ficar até dois períodos, porque eu acho que não vou dar conta de terminar tudo não! (Entrevistada B).

---

<sup>3</sup> Uma das entrevistadas casadas teve, durante o curso, dois filhos. Em ambos os casos, já era casada com o pai das duas crianças. A primeira gravidez foi planejada, diferentemente da segunda.

(03) Durante a gestação, (meu rendimento) piorou. Se não tiver quem cuide de nosso filho, fica impossível estudar. Não tive nenhuma contribuição da universidade. (Entrevistada D).

(04) Infelizmente, piorou (meu rendimento). E nesse sentido, a universidade não fez nada para contribuir. (Entrevistada E)

Nos trechos (03) e (04) observa-se a relação direta entre aproveitamento escolar das estudantes com o apoio da universidade para com as mesmas. Essa relação se dá de forma diretamente proporcional, uma vez que o aproveitamento escolar e cognitivo aumenta à medida que recém-mães estudantes obtêm maior estruturação por parte da instituição de ensino.

## 4.2 O Apoio Familiar

Nesta segunda seção, buscou-se apresentar os trechos de discursos relativos ao processo de aceitação familiar da gravidez da aluna. Observa-se que, para além da questão dos pais, abrangeu-se tal percepção aos seus respectivos maridos – o segundo núcleo familiar.

(05) Ele não gostou muito não (da ideia de continuar os estudos). Ele queria que eu trancasse. Ele também era estudante na época. Era muito cansativo, porque eu vinha para a faculdade todo dia (de outra cidade), gastando uma hora de van pra ir e uma para voltar, com os pés inchados. Bem puxado. (Entrevistada C)

Nesse ponto, Bourdieu (2002, p. 45) vai apontar que “a primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte”. Ou seja, ainda que, como apontado na seção lexical, fossem tanto o pai quanto a mãe estudantes, as dificuldades e consequências relativas à gravidez recaiam sobre a mulher que, sob pouca perspectiva, viu suas necessidades sendo reparadas pela universidade ou pelo sistema.

(06) Ele (marido) sempre me apoiou. Ele só não pode ficar com a criança porque ele trabalha o dia inteiro. Então eu fico com o bebê 24 horas. Até hoje, ele (o bebê) assistiu a todas as aulas comigo. (Entrevistada A)

Mesmo o pai da criança apoiando a mãe, o mesmo não abdicou de sua vida pública para auxiliar a mãe na vida privada, como bem reiterado por Bourdieu (2002, p.112), pois “os homens continuam a dominar o espaço público e a área de poder (...), ao passo que as mulheres ficam destinadas (predominantemente) ao espaço privado (doméstico) ”. Em consonância com

Bourdieu, Simone de Beauvoir (1970) reitera que o cuidado doméstico é de responsabilidade, quase total, da mulher, e “disso resulta que a mulher pode mais dificilmente do que o homem conciliar a vida familiar com o papel de trabalhadora. No caso em que tal esforço é exigido dela pela sociedade, sua existência faz-se muito mais penosa que a do marido” (BEAUVOIR, 1970, p.173), como “ficar com o bebê 24 horas”, por exemplo.

(07) Nos separamos quando a criança tinha 4 meses de idade. Até essa época, ele ajudava financeiramente. Mas, depois que separou, a pensão até hoje não foi descontada, há 7 meses [...] Meu pai e minha mãe acabam ajudando porque moro com eles. (Entrevistada C)

Observa-se no trecho (07) a responsabilidade exclusiva da estudante solteira não só da criação da criança, como também financeira, uma vez que o ex-companheiro enquanto decide o momento de arcar com as obrigações financeiras, a estudante refugia-se ao seu primeiro núcleo familiar para que o auxilie nas despesas. Daí a importância da universidade em oferecer subsídios, financeiros ou não, para os indivíduos que, naturalmente, encontram-se embarcados nas barreiras da sociedade, para darem continuidade aos estudos e, por conseguinte, a emancipação dos seres.

### **4.3 A Universidade e o Tratamento para com as Grávidas**

Esta seção, a mais importante, busca trazer os principais relatos que embasam a discussão acerca do suporte que a universidade deveria dar às alunas gestantes e/ou nutrizas. É nesta seção onde os principais aspectos acerca desta relação serão aflorados.

(08) Enquanto eu estava grávida, dois professores do curso me disseram sobre o RETEF (Regime Especial de Trabalho Escolar e Frequência). Foi a única coisa que eu sabia e que usei durante a gravidez. Para conseguir o RETEF, é preciso passar pelo médico da UFOP, no posto de saúde da universidade, em Ouro Preto. Eu fui ao posto com ele (bebê) no início do semestre, porque ele nasceu na greve (as aulas, previstas para retornarem em 03 de agosto, voltaram em 13 de outubro por causa da greve dos professores e técnicos administrativos), para o médico me dar o atestado de que eu havia ganhado o bebê e que eu necessitava de afastamento. Foi até engraçado porque o médico disse que seriam quatro meses, mas o RETEF só aceita 90 dias (três meses). Mesmo com meu atestado de quatro meses, eles só autorizaram os 90 dias. Teoricamente, com o RETEF, eu deveria ficar em casa, minhas faltas abonadas nesse período e os professores me mandarem as atividades para que eu fizesse em casa, mas isso não ocorreu. Eles não me mandaram, mesmo eu cobrando. Foi quando acabou as férias e eu voltei para as aulas que eu tive que cobrar deles. Eu fiquei muito sobrecarregada porque eu tive que fazer o período inteiro em dois meses! Lembro que foi muito complicado. Eu tinha me matriculado em menos disciplinas (quatro) para eu dar conta. Aí quando eu voltei, fiquei louca porque um dos professores me deu duas apostilas enormes para que eu respondesse todas as questões dessas duas apostilas, e para ser feito em uma semana,

referente a prova que eu havia perdido. O bebê tinha 5 meses. Então assim, foi bem complicado! Foi quando eu voltei que eles me deram todas as atividades que eram para eu ter feito em casa. (Entrevistada A)

(09) Na prática, ele (RETEF) não funciona! Os 90 dias em casa foi ótimo, mas além desses 90 dias, os professores deveriam enviar as atividades para fazer em casa, mas isso não ocorreu. Senti falta disso (Entrevistada A).

Os dois primeiros trechos desta seção mostram a prática da política pública existente na universidade, direcionada às alunas gestantes – o Regime Especial de Trabalho Escolar e Frequência (RETEF). Contudo, a entrevistada A mostra a sua insatisfação quanto ao cumprimento do regime, por parte da própria instituição. No caso supracitado, a estudante sentiu-se lesionada por seus professores não cumprirem com o dever da universidade em manter os estudos contínuos, mesmo com sua ausência em sala de aula, por envio das atividades e conteúdos pelos meios de comunicação disponíveis, como garante a Resolução de nº 3.070 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, da UFOP: “é garantido ao discente o acompanhamento das atividades pelo professor através dos meios de comunicação disponíveis” (UFOP, 2016).

(10) A UFOP te dá licença de três meses, enquanto a lei são quatro, né? Tanto que minha médica me deu os quatro meses de licença, levei para o médico da UFOP, mas eles não aceitaram a licença da médica, que estava de quatro meses. Só aceitam com três. Eu tive dilatação antes de ganhar ele (bebê), então eu parei de ir pra faculdade. Aí nesse período, os professores mesmo conversaram comigo. Não sei se é porque eu sempre tive uma boa relação com eles, mas eles mesmos disseram para eu parar de ir à aula, que mandariam por e-mail... E deu certo. (Entrevistada B).

O trecho (10) contrapõe ao anterior. Neste caso, a política pública disponível para alunas gestantes do ICSA-UFOP funcionou bem, durante os noventa dias concedidos de afastamento. O motivo, a própria entrevistada não sabe ao certo, mas imagina que tenha sido pela boa relação que mantinha com os professores.

(11) O meu bebê ainda amamenta, e é por isso que eu trazia para as aulas, porque até os seis meses, a amamentação é a alimentação exclusiva. Eu acho que poderia ter um espaço.. Não com monitores, porque a UFOP não vai bancar, óbvio, mas que tivesse um espaço voltado para amamentação, por exemplo. A gente acaba amamentando nos corredores, na sala... Então, uma sala específica que a gente pudesse amamentar, ficasse com eles durante os intervalos de aula... Eu não tenho com quem ficar, mas para mim é ainda mais fácil porque eu sou de Mariana. É mais difícil para quem mora fora, porque elas ficam totalmente perdidas! Quando eu trabalhei no ICHS, por quatro anos, várias vezes, eu ficava com os bebês das alunas na cantina para elas conseguirem fazer prova, que é o mais complicado. Eu ainda consigo deixar com alguém da cantina do ICSA uma hora ou outra, porque tem que ter com quem deixar na hora da prova. Mas e quem não tem essa mesma ajuda? (Entrevistada A).

A partir desse trecho, começam a surgir as demandas do dia a dia dessas estudantes, ligadas à universidade. No trecho (11), a entrevistada A conta que sempre levou a criança para dentro da sala de aula tanto pelo fato de não ter com quem deixá-la em casa, quanto pelo motivo de, até os seis primeiros meses da vida do bebê, a amamentação é a alimentação exclusiva da criança, como recomenda a Organização Mundial da Saúde (OMS), “que preconiza o aleitamento materno contínuo até os dois anos ou mais, sendo exclusivo nos primeiros seis meses de vida” (BRASIL, 2015).

(12) A UFOP podia fazer algum tipo de campanha, porque eu não sabia da existência das mães que levam os bebês para a sala de aula. Campanha para mostrar para as mães que podem levar as crianças. Seria até um apoio e incentivo para essas mães não desistirem. Todo lugar público deveria ter um trocador (de fraldas), né. Acho o básico, pelo menos uma bancada mais larga. (Entrevistada B).

O trecho (12) complementa o anterior. A entrevistada B sugeriu que fosse divulgado pela UFOP o apoio e o acolhimento às mães e suas crianças, no período do aleitamento materno, para que haja maior visibilidade dessas mulheres. Nos dois trechos anteriores, as estudantes sugeriram um espaço físico no instituto, direcionado para a amamentação e troca de fraldas, já que ambos são feitos pelos corredores do *campus*.

(13) Criação de uma creche na universidade seria um auxílio de extrema importância. (Entrevistada D).

Observa-se no trecho (13) a fala parecida com a do trecho (11), ambas ressaltando tamanho auxílio se a universidade oferecesse uma creche universitária para estes casos, mas já com a desesperança pelo alto investimento da universidade.

(14) Não são auxílios exatamente a gestantes. O único direito que eu tive assegurado foram os três meses após o nascimento do meu filho a continuar os estudos em casa. (Entrevistada E)

A entrevistada E, citada no trecho (14), reitera que o RETEF não é nenhum auxílio para gestantes, e sim um direito que essas possuem. Portanto, subentende-se que as políticas públicas da UFOP, direcionadas para as alunas gestantes, não são de cunho assistencialista, mas, unicamente, cunho jurídico.

(15) A universidade oferece três meses para aluna poder continuar estudando após o nascimento do filho em casa por causa da amamentação, porém a criança deve ser exclusivamente amamentada por seis meses, se a instituição tem alguma política que auxilie a aluna nesse sentido deveria buscar formas de informações mais eficazes, pois a universidade tem suas datas, seus horários, etc... mas ela deve ser humanamente capaz

de entender que criança não respeita horário. E essa visão humana deveria se estender durante os primeiros anos da criança, pois já passei pela situação de ser impedida de fazer uma prova por chegar cinco minutos atrasada, quando o atraso foi justificado com atestado médico, eu estava no hospital com minha filha que estava hospitalizada, aguardando o pai dela chegar, já que não se pode deixar um menor/incapaz sem um responsável no hospital. (Entrevistada E)

No último trecho desta seção, a entrevistada E traz a discussão do papel de uma instituição de ensino e do Estado acerca da reprodução de uma sociedade patriarcal e masculina. “A sociedade sempre foi masculina; o poder político sempre esteve nas mãos dos homens” (BEAUVOIR, 1970, p. 91), portanto, a sociedade patriarcal não compreende as necessidades do ser mulher e as dificuldades advindas dessa condição. Bourdieu (2002) fala que “a Escola, mesmo quando já liberta da tutela da Igreja, continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal” (BOURDIEU, 2002, p.104) quando sua estrutura hierárquica é conotada sexualmente.

#### **4.4 A Interrupção do Curso**

Esta última, e não menos importante seção, busca apontar as possibilidades de paralização do curso pelas acadêmicas ao descobrirem sua gravidez e as dificuldades que com ela viriam.

(16) Eu pensei, neste período agora, em trancar, justamente por eu não ter com quem deixar o bebê. Ele não está ficando mais quieto! Na verdade, eu estou até pensando, não cheguei à conclusão ainda. Seria pelo fato de não ter com quem deixá-lo para eu assistir as aulas, porque em casa, nós já temos uma rotina melhor (Entrevistada A).

(17) Assim, eu deixei de fazer duas matérias, né. De certa forma, é interromper o curso por causa da gravidez. Mas, eu deixei de fazer porque eu não estava dando conta. Mas eu não pensei em abandonar o curso não. (Entrevistada B).

(18) (O curso) está trancado atualmente devido a distância da minha casa e família. Em Mariana, morava em república, mas voltei para casa, BH, na véspera do parto. (Entrevistada D).

Nestes últimos três trechos, as estudantes demonstram que é comum, ainda que momentâneo, o pensamento em interromper o curso já que a responsabilidade da gravidez, do nascimento e da criação do (a) filho (a) recai sob ela, quase que exclusivamente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco do estudo foi analisar a percepção das estudantes recém-mães e nutrizas acerca das políticas de assistência social voltadas para o grupo, da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, lotadas no *campus* ICSA. Contudo, pôde ser percebida a constante insatisfação por parte das estudantes quanto às políticas existentes. Sob a luz de estudos voltados a questões de disparidade entre gêneros, a pesquisa também teve como objetivo analisar as influências no processo de formação superior, em relação à emancipação do ser mulher.

É sabido que à mulher, no território brasileiro, é assegurado o direito à licença maternidade. No caso das estudantes do ICSA-UFOP, a gestante terá a licença de noventa dias corridos, a contar do último mês de gestação, sob o Regime Especial de Trabalho Escolar e Frequência (RETEF). O regime garante o dever dos professores de atribuir atividades e exercícios às gestantes para serem feitos em casa, durante o período de afastamento. Além disso, é também garantido à discente o acompanhamento das atividades pelo professor através dos meios de comunicação disponíveis.

Diante das entrevistas feitas, pôde ser visto que o regime – RETEF, tido como a única assistência disponível para as gestantes, não é o subsídio suficiente para que essas mulheres consigam atravessar a barreira natural da maternidade, de maneira igualitária, dentro do cenário acadêmico. O regime supracitado foi criticado negativamente pela maioria das entrevistadas. Foi alegado que tal regime não funciona efetivamente na prática, pois houve casos de professores da instituição não cumprirem com o dever docente, a respeito do envio de atividades domiciliares durante o afastamento, nem mesmo depois do pedido pela gestante. Foi observado que o não cumprimento do dever dos docentes acarretou em dificuldade de assimilação de conteúdo na volta às aulas, por parte das estudantes, implicando em queda de rendimento escolar das mesmas.

Partindo do pressuposto que “a diferença biológica entre os sexos [...] pode ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros” (BOURDIEU 2002, p. 20), a mulher busca, então, no Estado e em suas esferas suportes que minimizem essas diferenças, tornando a universidade subsídio social e legítimo na busca emancipatória feminina. Nesse sentido, Scott (1995), ao buscar relacionar as questões de empoderamento e a questão de gênero, a autora lança a seguinte questão: se a dominação masculina, por vezes, impede ou limita as possibilidades de empoderamento feminino, como as coisas mudarão em nossa sociedade? É

através de processos de dar voz às mulheres – e outras minorias, bem como estudar suas demandas e necessidades, que os processos de equalização das diferenças poderão emergir.

Como solução imediata e reparadora, as estudantes entrevistadas mencionaram a criação de um ambiente físico, dentro do *campus* ICESA, destinado ao aleitamento materno e troca de fraldas, pois ambos são atualmente feitos pelos corredores da instituição ou dentro das salas de aula. Dessa forma, além da estudante poder levar com segurança o (a) filho (a) à faculdade, o ambiente tende a atender melhor às demandas da criança, além de servir como promoção ao acolhimento destas mulheres. Acolhimento e suporte são pilares essenciais na vida da estudante em condição de gestante ou nutriz.

Algumas limitações surgiram ao longo do trabalho, como não ter encontrado estudantes do *campus* ainda em fase gestacional para que fossem feitas comparações entre os discursos da gestante e da mulher que já tivesse seu/sua filho (a) nascido (a). Outra limitação da pesquisa foi a falta de disponibilidade de acesso das estudantes no perfil estudado, devido ao seu afastamento temporário da universidade no pós-nascimento da criança. A falta de tempo das mulheres em participar das entrevistas, devido a jornada tripla (estudo, maternidade e trabalho doméstico/emprego) também se tornou limitação, impedindo que o estudo fosse realizado com um número maior de mulheres.

A obra “A Dominação Masculina” do sociólogo Pierre Bourdieu é uma pesquisa empírica do ano de 1998. Devido à natureza da pesquisa do autor, as configurações da dominação masculina podem ter sofrido alterações ao longo dos anos. Contudo, é notória a existência ainda marcante nos dias atuais da dominação masculina sobre o ser mulher.

Não foi a intenção do trabalho discutir a possibilidade de relação entre os cursos das gestantes e a qualidade do suporte oferecido pelas respectivas secretarias de ensino, a fim de identificar diferenças entre os departamentos dos quatro cursos do *campus* (Administração, Ciências Econômicas, Jornalismo e Serviço Social).

Finalmente, sugere-se que novos e aprofundados estudos sejam feitos a respeito das políticas públicas voltadas às discentes gestantes, levando em consideração a satisfação das usuárias quanto à efetividade da assistência, analisando, paralelamente, quais são as influências no processo de formação superior, em relação à emancipação da mulher.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPIO, J.; PEREIRA, A. R.; MARCON, D.; FRIZON, N. **Atributos de Permanência de alunos em instituição pública de Ensino Superior**. Revista Gestão Universitária na América Latina, v. 9, p. 216, 2016.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4ª ed. Tradução de Sérgio Milliet. Difusão Europeia do Livro, 1970.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2ª ed. Tradução de Maria Helena Kühner – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Congresso Nacional. **Plano Nacional da Educação**. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf> Acesso em: 14 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **REUni 2008: Relatório de Primeiro Ano** - Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 14 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Boletim Informativo Aleitamento Materno**. 2015. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2016/janeiro/07/Boletim-Aleitamento-Materno.pdf> Acesso em: 08 de julho de 2016.

BULOS, U. L. **Curso de Direito Constitucional**. 8ª ed. rev. e atual. de acordo com a Emenda Constitucional n. 76/2013 – São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

CAPPELLE, M. C. A.; BRITO, M. J.; MELO, M, C, O, L.; VANSCONCELOS, K. A. **A Produção Científica Sobre Gênero nas Organizações: Uma Meta-Análise**. REAd – Edição 57, Vol 13, nº 3, set-dez. 2007

CHAUI, Marilena. **A Universidade Pública Sob Nova Perspectiva**. Revista Brasileira de Educação. 2003

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HENDERSON, P. A.; FERREIRA, M. A. A. **As Barreiras para a Ascensão da Mulher a Posições Hierárquicas: um Estudo sob a Óptica da Gestão da Diversidade no Brasil**. In: XXXVI Encontro da Anpad, Rio de Janeiro: 2012. Anais... XXXVI Encontro da Anpad, Rio de Janeiro: 2012

MOREIRA, N. C. et al. **Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, mar./abr. 2012.

OLIVEIRA, R.C. **Adolescência, Gravidez e Maternidade: a percepção de si e a relação com o trabalho** Saúde Soc. São Paulo, v.17, n.4, p.93-102, 2008

PAIM, H. H. S. **Marcas no corpo: gravidez e maternidade em grupos populares**. In: DUARTE, L. F. D.; LEAL, O. F. (Org.). Doença, sofrimento e perturbação: perspectivas etnográficas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 31-47.

SCOTT, J. W. **O Enigma da Igualdade**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 13, n. 1, p.11-30, janeiro-abril/2005

\_\_\_\_\_. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99

SELVATTY, J. S.; MOREIRA N. C.; BAÊTA O.V. **Empoderamento de mulheres: um estudo no Women's Center da Universidade de Minnesota (EUA)**. Rev. NAU Social – v. 3, n. 5, Nov 2012/Abr 2013.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. *Sociologias* [online], Porto Alegre, n. 16, dez. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 15 de junho de 2016.

TANURE, B.; NETO, A. C.; ANDRADE, J. O. **A Super Executiva às voltas com Carreira, Relógio Biológico, Maternidade, Amores e Preconceitos**. 30º Encontro da ANPAD. 23 a 27 de setembro de 2006 – Salvador/BA – Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP. **Resolução CEPE nº 3.070**. Disponível em: <http://www.soc.ufop.br/resolucao/mostrar/0000002565>. Acesso em: 30 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – Portaria PRACE 013/2015**. Disponível em: <http://www.prace.ufop.br/index.php/normas>. Acesso em: 11 de julho de 2016.

## APÊNDICE – ROTEIRO DA ENTREVISTA

Idade:

Período atual:

Período da gravidez:

Status Civil:

Trabalha/Estágio:

Quem compõe seu grupo familiar:

Renda social aproximada:

Primeiro (a) filho (a):

Status do pai da criança:

Status da família em relação à gravidez:

- a) A gravidez foi planejada?
- b) Como foi contar para o pai da criança, para os amigos e para a família?
- c) Qual a percepção da sua família sobre ser mãe estudante?
- d) Qual a percepção do pai da criança sobre ser mãe estudante?
- e) Qual a sua percepção sobre ser mãe e ainda estudar?
- f) Recebe/recebeu ajuda (financeira ou outro tipo) do pai da criança?
- g) Recebe/recebeu ajuda (financeira ou outro tipo) de alguém?
- h) Você sabia que a UFOP oferece suporte às gestantes e lactantes?
- i) Se sim, quais são os aparatos de auxílio a gestantes que a universidade oferece?
- j) Como ficou sabendo desse suporte ofertado pela UFOP? Como foi consegui-los?
- k) Qual o grau da sua satisfação em relação a eficácia destes?
- l) Em sala de aula, há compreensão de professores sobre sua situação?
- m) Em sala de aula, há compreensão de seus colegas sobre sua situação?
- n) Já pensou/pensa em interromper o curso por causa da gravidez? Se sim, quais os motivos (família, distância, recurso, auxílio etc)?
- o) Já pensou/pensa em interromper a gravidez por causa do curso? Se sim, quais os motivos (família, distância, recurso, auxílio etc)?
- p) Em sua opinião, você acha que seu rendimento escolar melhorou ou piorou com a nova situação? O que a universidade faz/fez para contribuir com esse rendimento?
- q) Em sua opinião, o que a UFOP poderia fazer para auxiliar eficazmente as alunas nestas condições (grávidas e lactantes)?